

Já ultrapassamos um terço de 1982. Qual foi o desempenho do País nesses quatro meses do ano?

Nesta e na página seguinte, os primeiros resultados.

Brasil

A economia melhora. Como Delfim queria.

Ele admite que a recuperação tem sido lenta. Mas diz que é mais do que esperava e o suficiente para se ter um crescimento de 4 a 5% no fim do ano.

O ministro do Planejamento, Delfim Neto, assegurou que os resultados apurados no primeiro quadrimestre indicam que a economia se vem recuperando, "lentamente, mas está subindo", e que a recente medida adotada pelo governo, de liberação do crédito direto ao consumidor e redução do IOF deve ajudar a acelerar essa recuperação.

Segundo o ministro do Planejamento, tal como havia sido planejado, "a despeito das grandes dificuldades internas e externas, há espaço dado pela balança comercial para que se promova recuperação" e para que se continue a apostar em novo superávit na conta de comércio, apesar do desempenho das exportações não ser brilhante, sobretudo em razão da depressão dos preços internacionais dos produtos primários.

Para Delfim, embora as exportações não estejam exibindo a performance desejada, por outro lado as importações estão sendo contidas. O ministro disse não temer que uma reativação econômica possa exigir mais importações, explicando que a intenção do governo é dosar a demanda de bens, conduzindo-a até o limite da utilização da capacidade ociosa do setor industrial. "A verdade", disse o ministro, "é que ninguém tem dinheiro para novos investimentos. Nem o governo".

Dentro da expectativa

Para o ministro do Planejamento, o comportamento da economia no primeiro quadrimestre corresponde às expectativas do governo, que esperava mesmo uma recuperação mais lenta, mas ainda assim suficiente para que, ao final do ano, o País volte a crescer a uma taxa de quatro a cinco por cento, "que é o que nós queremos".

Delfim considerou "dramática a situação internacional", não ape-

nas por causa do conflito anglo-argentino no Atlântico Sul, mas em razão de "dificuldades crescentes enfrentadas por vários países"; o que se acaba refletindo no desempenho do comércio mundial, e em dificuldades para todas as nações.

O volume de exportações este ano - segundo Delfim - poderá ser até maior que o do ano passado, mas em virtude da queda dos preços o efeito renda será negativo, o que não deixa de exprimir o momento crítico que o mundo está vivendo, com todos os países reduzindo suas importações ao extremamente necessário.

O espaço para crescer

Considera o ministro do Planejamento que a retomada do crescimento se dará apenas com a utilização da capacidade ociosa do setor industrial, suficiente não só para atender às requisições do mercado interno, como até às exigências da exportação. Segundo ele, só de geladeiras pretende-se exportar, este ano, cerca de 50 mil unidades.

Delfim, todavia, queixa-se que "há muita falta de juízo no Brasil: bastou um pequeno aquecimento em alguns setores e os preços subiram de forma espantosa. Basta verificar o que ocorreu com alguns materiais de construção, como cerâmica, ladrilhos, cimento, ferro e outros, que apresentaram um crescimento fantástico em seus preços".

O ministro acha que existe uma certa insensibilidade dos produtores para as coisas importantes. Se realmente persistir uma falta de juízo enorme, um estímulo a um aumento espantoso de preços, como resposta a um crescimento da demanda, isso certamente criará uma enorme dificuldade."

Mas Delfim assegura que o governo não pretende agir drasticamente contra os produtores que



Delfim: "Ninguém tem dinheiro para investimentos. Nem o governo".

assim se conduzirem, preferindo confiar em que, "na média, a racionalidade prevaleça".

É possível que apareça um ou outro mal-afio, mas certamente este será punido com a inevitável queda da demanda dos bens que ele vender.

A inflação

O ministro do Planejamento

também não acredita que a ativação da demanda de bens, mediante a simples utilização da capacidade ociosa do setor industrial, possa representar um aumento de preços a ponto de prejudicar o esforço de contenção inflacionária. Para Delfim, "a inflação está caminhando para a direção que estamos querendo: não são nada brilhantes os resultados alcançados, mas a ver-

dade é que ela continuará decrescendo ligeiramente".

Além disso, afirma Delfim, "hoje está tudo rodando igual: o câmbio é igual à correção monetária que é igual aos salários, que é igual aos preços, o que significa que você não deve ter ganhos extraordinários, mas há esperança de que ela continue decrescendo lentamente". O ministro insiste em que "vez por outra aparecem sinais inquietantes: um setor que esteve sob tensão durante 10, 12 meses, e no primeiro suspiro resolve aumentar os preços 10, 12%, revela uma certa miopia".

O caso dos juros

Delfim não considera que a taxa de juros seja essencial para a reativação econômica que ele pretende - crescimento, mediante ocupação da capacidade ociosa - explicando que a taxa de juros é importante para a realização de investimentos, "mas não se pretende acelerar os investimentos, mesmo porque não há condições de fazê-lo". O ministro referiu-se à "queixa generalizada de que o setor de bens de capital deve ter mais demanda; mas se esse setor quer mais encomendas, não pretende, por outro lado, pagar mais imposto para gerar os recursos necessários aos investimentos geradores dessa mesma demanda".

Asssegura o ministro do Planejamento que "estamos no limite superior dessa capacidade de expansão, quer dizer: o governo não tem condições de expandir mais nada, e deve continuar trabalhando para concluir os projetos em andamento". Delfim diz que estão equivocados os que pensam que o governo liberou projetos do Grande Carajás, para a Companhia Vale do Rio Doce.

Segundo ele, a decisão tomada em relação à exploração do manganês, na última reunião do Conselho

Interministerial do Programa Grande Carajás, foi apenas a de verificar se realmente a mina de manganês está situada dentro da área da reserva de minério de ferro, e sua exploração pela CVRD representa um acréscimo de despesas de apenas 30 milhões de dólares.

Se isso de fato ocorrer, a Vale poderá assumir o projeto de mineração, mas o de metalurgia - produção de ferro-ligas - continuará à disposição do setor privado, assim como os projetos de mineração e metalurgia do cobre e do níquel. "Agora, o que acontece", disse Delfim, "é que empresário sem dinheiro realmente não pode participar dos projetos de Carajás, até porque não se pode admitir capitalismo sem capital".

Acabou o "famoso sistema tripartite, em que o empresário entrava com um terço do capital, obtido a taxas de juros subsidiados; depois ele recebia um terço do financiamento, que era feito com imposto, pago pela sociedade, e um terço do capital estrangeiro, ou seja, era o governo criando recursos. Agora, não: quem não tem dinheiro, não pode entrar".

Ele esclareceu que "como o governo também não tem dinheiro para investir", decidiu abrir Carajás ao setor privado, mas condicionando a implantação dos projetos à efetiva disponibilidade de recursos. O ministro insiste em que o governo não buscará investir em projetos novos, sejam eles em Carajás ou em outra área.

A decisão é concluir os que estão em fase final, atravessando o pico de investimentos, como Itaipu, Tucuruí, Ferrovia do Aço e uma parte do programa siderúrgico, para, somente depois de respirar, decidir o que fazer com a disponibilidade criada para investir. **Milano Lopes, da sucursal de Brasília.**